



**CURSO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE
À POBREZA:
Questões Metodológicas e Evidências Empíricas**

Módulo 1

Elementos Básicos na Discussão Sobre Pobreza e Bem-Estar

Instrutor: Flávio Ataliba

**“A forma como medimos a pobreza
pode influenciar muito a maneira como
compreendemos, analisamos e criamos
políticas para influenciá-la.
(Alkire e Tomkinson, 2015)”**

1. Os Métodos Utilizados na Construção de Linha de Pobreza

1.1 Quatro Questões Fundamentais na Análise da Pobreza:

1. Os Métodos Utilizados na Construção de Linha de Pobreza

- 1) Quantos são os pobres ou quão ruim é a pobreza? Esse item está relacionado a mensuração da pobreza.
- 2) Quem são os pobres? Nesse caso temos a necessidade de definir o perfil da pobreza. Isso está relacionado as questões geográficas, tipo de famílias, características da comunidade, etc. Assim é importante identificar como eles são e onde eles estão.
- 3) Por que eles são pobres? É fundamental se entender as causas da pobreza e seus determinantes.
- 4) O que acontece com a pobreza se fosse estabelecido determinada política? Nesse aspecto é importante ter em mente a necessidade de se investigar as implicações das políticas públicas no combate a pobreza.

1.2 Construção de Linha de Pobreza

1º passo: deve-se escolher a medida de bem-estar: Renda ou Gastos com Consumo.

2º passo: escolher a linha de pobreza: Famílias ou indivíduos abaixo da linha são considerados pobres.

Os Diversos Conceitos de Pobreza e as Medidas mais Importantes

1.3 Os Diversos Conceitos de Pobreza e as Medidas mais Importantes

- **Pobreza:** é a falta ou a incapacidade para encontrar um padrão de vida socialmente aceitável.
- **Pobreza Relativa:** refere-se a um segmento mais pobre da população. Podemos escolher, por exemplo, os 20% da renda mais baixo ou aqueles que detêm $\frac{1}{4}$ da renda média.
- **Pobreza Absoluta:** Uma linha de pobreza absoluta é fixada em termos de um padrão de vida específico, necessário para comparação de pobreza.
- **Proporção de Pobres :** Magnitude da pobreza.

Defina **Z** como a linha de pobreza. Então, considerando **K** indivíduos pobres temos:

$$\begin{array}{ccc} X_K \leq Z & e & X_{K+1} > Z \\ \downarrow & & \downarrow \\ \text{Pobres} & & \text{Não-Pobres} \end{array}$$

Desse modo a proporção de pobres na população será dada por:

$$H = \frac{K}{n}, \text{ já que } 0 \leq H \leq 1.$$

1.3 Os Diversos Conceitos de Pobreza e as Medidas mais Importantes

Índice de Foster, Greer e Thorbecke ($FGT(\alpha)$)

$$FGT(\alpha) = \frac{1}{nZ^\alpha} \sum_{i=1}^K (Z - X_i)^\alpha, \alpha \geq 0$$

Perceba que:

a) $\alpha = 0 \rightarrow FGT(0) = \frac{K}{n} = H$ (Proporção de pobres, $P(0)$).

b) $\alpha = 1 \rightarrow FGT(1) = \frac{1}{nZ} \sum_{i=1}^K (Z - X_i)$ (Índice de insuficiência de renda, $P(1)$).

c) $\alpha = 2 \rightarrow FGT(2) = \frac{1}{nZ^2} \sum_{i=1}^K (Z - X_i)^2$ (Índice da severidade da pobreza, $P(2)$).

Um exemplo numérico.

Suponha o seguinte conjunto de rendas em unidades monetárias dado por:

$$X_1 = X_2 = X_3 = 1, X_4 = 2, X_5 = 4, X_6 = 8, X_7 = 13, X_8 = 20$$

E a linha da Pobreza definida em 2,5 unidades monetárias. Calcule a Proporção de Pobres ($P(0)$); Índice de insuficiência de Renda ($P(1)$) e o Índice da severidade da Pobreza ($P(2)$).

1.3 Os Diversos Conceitos de Pobreza e as Medidas mais Importantes

Índice de Foster, Greer e Thorbecke ($FGT(\alpha)$)

Solução:

$$FGT(\alpha) = \frac{1}{nZ^\alpha} \sum_{i=1}^K (Z - X_i)^\alpha, \alpha \geq 0$$

a) Proporção de Pobres $P(0)$:

$$P(0) = \frac{K}{n} = \frac{4}{8} = 50\%$$

b) Índice de Insuficiência de Renda $P(1)$:

$$P(1) = \frac{1}{nZ} \sum_{i=1}^K (Z - X_i) = \frac{1}{8(2,5)} [(2,5 - 1) + (2,5 - 1) + (2,5 - 1) + (2,5 - 2)] = 0,25$$

c) Índice de Severidade da Pobreza $P(2)$:

$$P(2) = \frac{1}{nZ^2} \sum_{i=1}^K (Z - X_i)^2 = \frac{1}{8(2,5)^2} [(2,5 - 1)^2 + (2,5 - 1)^2 + (2,5 - 1)^2 + (2,5 - 2)^2] = 0,14$$

Coeficiente de GINI

1.4 A Curva de Lorenz e o Coeficiente de GINI

- **Coeficiente de Gini:** é uma medida de desigualdade utilizada para calcular a desigualdade de [distribuição de renda](#). Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa detém toda a renda, e as demais nada têm).
- **Curva de Lorenz:** É uma curva que mostra como a proporção acumulada da renda (ϕ) varia em função da proporção acumulada da população, estando os indivíduos ordenados pelos valores crescentes da renda.

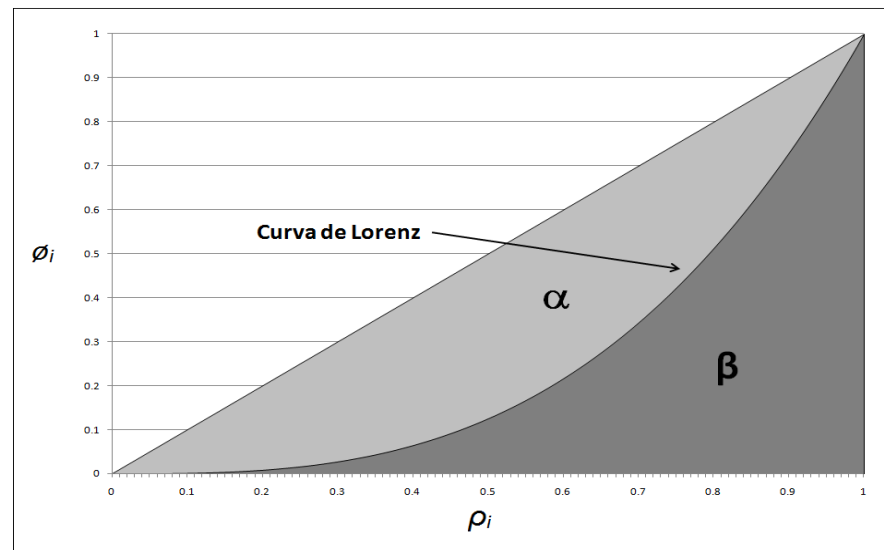


Figura 1 – A Curva de Lorenz

1.4 A Curva de Lorenz e o Coeficiente de GINI

- Índice de Gini

Por definição, índice (ou coeficiente) de Gini é uma relação entre a área da desigualdade, indicada por α e a área do triângulo apresentada na figura 1. Assim sendo:

$$G = \frac{\alpha}{0,5} = 2\alpha$$

- Cálculo do índice de Gini para uma distribuição discreta.

Seja uma variável aleatória discreta cujos valores estão em ordem crescente, isto é, $X_1 \leq X_2 \leq X_3 \leq \dots \leq X_{n-1} \leq X_n$.

Vamos supor que os valores de X_j sejam igualmente prováveis.

A proporção acumulada do número de elementos até o i -ésimo é: $P_i = \frac{i}{n}$ ($i = 1, \dots, n$)

A correspondente acumulada de X , até o i -ésimo elemento é:

$$\phi_i = \frac{\sum_{j=1}^i X_j}{\sum_{j=1}^n X_j} = \frac{1}{n\mu} \sum_{j=1}^i X_j, \text{ já que } \sum_{j=1}^n X_j = n\mu$$

Assim, se X representa a renda individual e se $X_i < X_{i+1}$, ϕ_i representa a fração da renda total apropriada pelos indivíduos com renda inferior ou igual a X_i .

As expressões dadas acima definem as coordenadas (ρ_i, ϕ_i) com $i = 1, \dots, n$ de n pontos da "curva" de Lorenz.

1.4 A Curva de Lorenz e o Coeficiente de GINI

Seja β a área entre a “curva” de Lorenz e o eixo das abscissas.

Assim: $\alpha + \beta = 0,5$

ou $\alpha = 0,5 - \beta$

Onde: $G = 1 - 2\beta$

Suponha uma determinada representação gráfica de uma “curva” de Lorenz para dados discretos. Perceba que a área β pode ser obtida somando área de n trapézios. Para o caso do i -ésimo trapézio, temos a área δ_i sendo dada por:

$$\delta_i = \frac{1}{2n}(\varphi_{i-1} + \varphi_i)$$

Descartando o primeiro triângulo, ou seja, fazendo $\varphi_0 = 0$ temos: $\beta = \sum_{i=1}^n \delta_i = \frac{1}{2n} \sum_{i=1}^n (\varphi_{i-1} + \varphi_i)$ logo $G = 1 - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (\varphi_{i-1} + \varphi_i)$

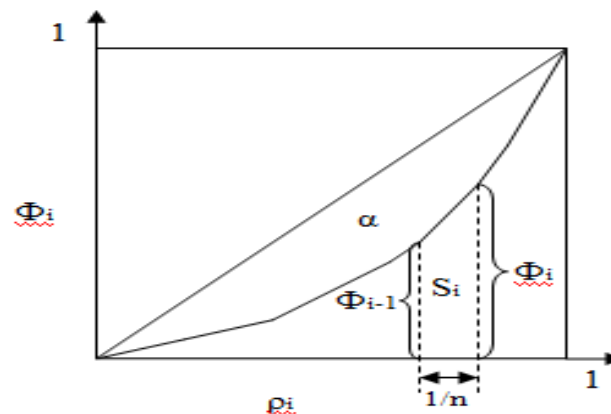


Figura 2- A Poligonal de Lorenz no caso de uma distribuição discreta

1.4 A Curva de Lorenz e o Coeficiente de GINI

Um exemplo numérico.

Suponha o seguinte conjunto de rendas dado por :

$$X_1 = X_2 = X_3 = 1, X_4 = 2, X_5 = 4, X_6 = 8, X_7 = 13, X_8 = 20$$

O cálculo do Gini será dado por:

i	p_i	X_i	$\sum_{i=1}^i X_i$	ϕ_i	$\phi_{i-1} + \phi_i$
1	0,125	1	1	0,02	0,02
2	0,250	1	2	0,04	0,06
3	0,375	1	3	0,06	0,10
4	0,500	2	5	0,10	0,16
5	0,625	4	9	0,18	0,28
6	0,750	8	17	0,34	0,52
7	0,875	13	30	0,60	0,94
8	1,000	20	50	1,00	1,60

$$\sum_{i=1}^8 (\phi_{i-1} + \phi_i) = 3,68$$

$$G = 1 - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^8 (\phi_{i-1} + \phi_i) \rightarrow G = 1 - \frac{1}{8}(3,68) \rightarrow G = 0,54$$

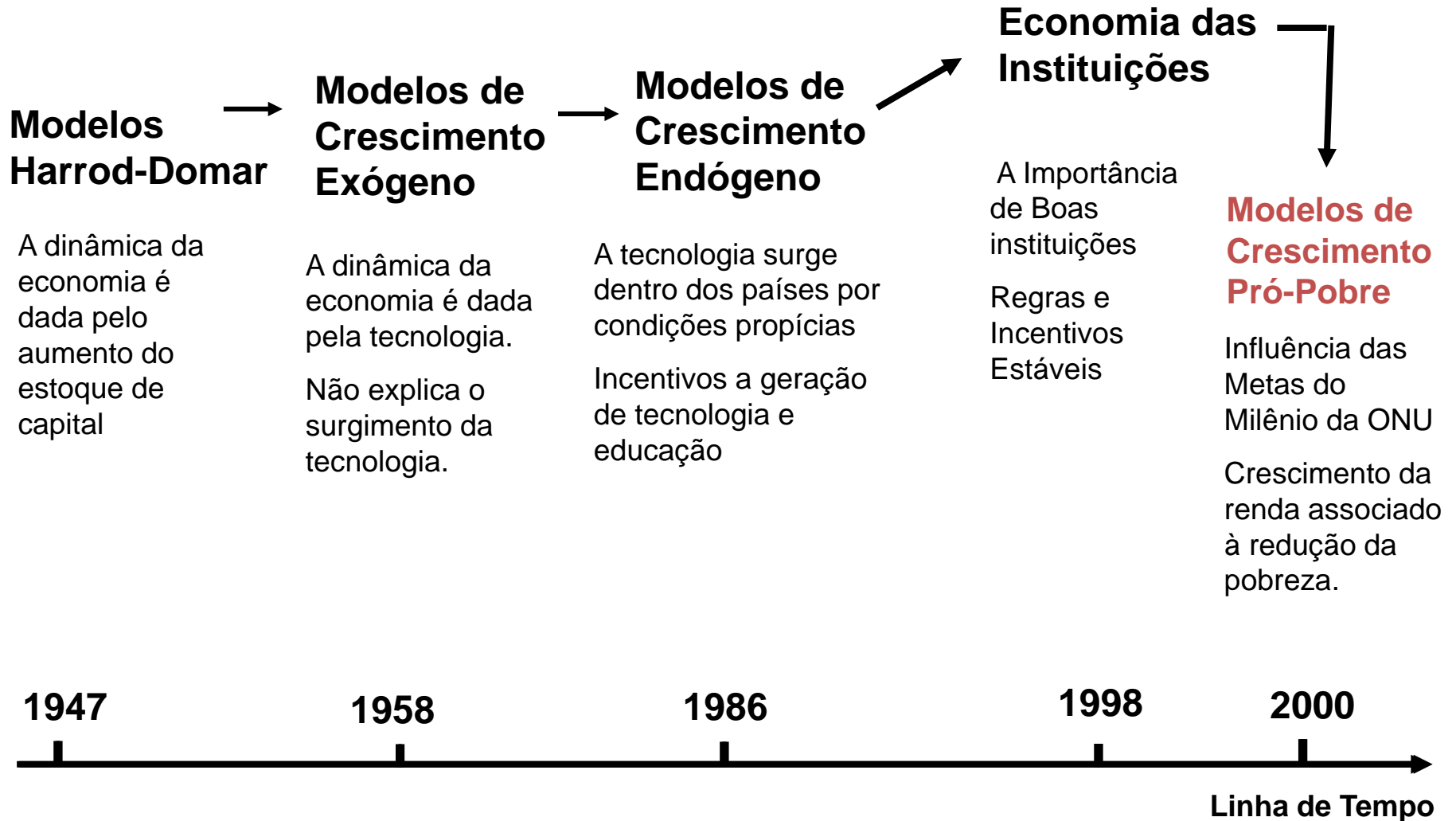
1.4 A Curva de Lorenz e o Coeficiente de GINI

Vantagens e Desvantagens do Coeficiente de GINI

- a) é uma medida de desigualdade calculada por meio de uma análise de razão;
- b) pode ser usado também para comparar as distribuições de renda entre diferentes setores da população, tais como as zonas urbanas e rurais;
- c) é um índice suficientemente simples e facilmente interpretado, especialmente quando comparações são feitas entre países;
- d) ele permite também uma comparação da desigualdade entre economias através do tempo;
- e) desvantagem do coeficiente de Gini é que ele mede a desigualdade de renda, mas não a desigualdade de oportunidades;
- f) Outro problema com esse índice é que ele pode estar medindo coisas diferentes. Por exemplo, se dois países têm o mesmo coeficiente de Gini, mas um é pobre e o outro é rico, então no caso do primeiro ele estaria medindo a desigualdade na qualidade de vida material, enquanto que no segundo a distribuição do luxo além das necessidades básicas.
- g) curva de Lorenz, utilizada para o cálculo do Índice de GINI, pode subestimar o valor real da desigualdade se as famílias mais ricas são capazes de usar a renda de forma mais eficiente do que as famílias de baixa renda, ou vice-versa.
- h) economias com rendimentos e coeficientes de Gini similares ainda podem ter uma distribuição de renda muito diferente. Isto porque as Curvas de Lorenz podem ter distintas formas e ainda produzir o mesmo coeficiente.
- i) Por fim, O coeficiente de Gini é um ponto de estimativa da igualdade em um determinado momento, o que ignora as mudanças que podem ocorrer no ciclo de vida dos indivíduos.

Quando o Crescimento Econômico pode ser Considerado a Favor dos Mais Pobres ou “Pró-Pobres”?

A Evolução do Pensamento



1.5 O Que É Crescimento Pró-Pobre?

- ✓ É importante termos em mente que toda discussão a respeito das políticas que deveriam ser utilizadas para reduzir a pobreza deve ter como elemento chave à definição do que venha ser crescimento “pró-pobres”. Nesse sentido, a construção do debate deve partir de uma questão fundamental: o que é reduzir significativamente a pobreza? Em que nível os pobres deveriam se beneficiar do crescimento econômico para que ele seja considerado “pró-pobres?” Políticas “pró-pobres” são sensíveis às medidas de pobreza utilizadas?
- ✓ Para termos uma resposta consistente a essas questões, podemos considerar quatro visões do problema que se complementam.
- ✓ Numa primeira abordagem consideraremos crescimento “pró-pobres” se a participação da renda dos mais pobres da população crescer mais que proporcionalmente ao crescimento da renda média da economia, o que implicaria, neste caso, que a desigualdade cairia com o crescimento.
- ✓ Numa segunda definição a participação dos pobres na renda cresceria pelo menos tão quanto à participação de sua população. Isso implicaria que a renda per capita dos mais pobres tenderia a aumentar, o que implicaria numa queda da desigualdade absoluta.
- ✓ Numa outra definição dever-se-ia fazer uma comparação de mudanças na pobreza devido ao crescimento econômico, (mantendo a desigualdade constante) e mudanças na pobreza devido a alterações reais na desigualdade. Caso o primeiro efeito seja maior que o segundo então o crescimento seria considerado a favor dos mais pobres.

- ✓ Por fim, numa abordagem mais simples da questão, crescimento “pró-pobres” é analisado apenas focando-se a relação entre pobreza e crescimento. Neste caso ele pode ser considerado dessa forma se simplesmente for capaz de reduzir a pobreza para uma determinada medida pré-estabelecida independente do que ocorre com o nível de desigualdade. Desta forma, utilizando-se esse conceito, um episódio de crescimento não será considerado “pró-pobres” somente se a renda dos mais pobres ficar estagnada ou mesmo se reduzir.
- ✓ Apesar das abordagens acima serem bastantes práticas e com um grande apelo intuitivo, elas apresentam algumas limitações operacionais que merecem ser destacadas. Num primeiro caso, considere, por exemplo, a possibilidade de implementação de um pacote de medidas que possam aumentar a renda média da economia em 2% enquanto que a renda dos mais pobres se elevasse em 3%. Por outro lado, suponha também que tivéssemos um outro programa em que a renda média da economia pudesse crescer 6% enquanto a renda das famílias mais pobres aumentasse em 4%. **Qual você preferiria?**
- ✓ É evidente que no primeiro caso houve uma redução na concentração da renda enquanto no segundo ela passou a ser maior, mas é claro também que a renda dos mais pobres no segundo cenário aumentou mais que no primeiro. Sendo assim, se investigássemos o problema analisando apenas o problema da desigualdade, o primeiro cenário seria preferível ao segundo, mas se discutíssemos a questão apenas do ponto de vista da evolução da renda absoluta dos mais pobres, o segundo passaria a ser prioritário.

- ✓ Um outro tipo de preocupação refere-se à possibilidade de intervenções públicas que tenham a intenção de reduzir a desigualdade, mesmo que prejudicasse o crescimento econômico. Apesar das políticas públicas redutoras de desigualdade serem algo importante e que não devam ser negligenciadas, não se pode desconsiderar a importância do crescimento da renda, pois a sociedade como um todo poderia até mesmo ter uma perda de bem-estar com políticas exclusivamente de redução de desigualdade.
- ✓ Por fim, considere também o caso em que uma economia cresça a renda média num determinado período de tempo 30% enquanto que a renda dos mais pobres se eleve em apenas 1%. Numas das definições acima esse episódio seria considerado “pró-pobres”, o que poderia ser questionável dado evidentemente à desproporção de taxas. Deste modo, torna-se evidente que não se tem uma definição considerada “ideal” para um evento ser considerado de crescimento “pró-pobres” e muitas interpretações surgem naturalmente na discussão.

A Relação Triangular: Crescimento Econômico, Desigualdade e Pobreza

Redução da Pobreza

Estratégias de Desenvolvimento

**Mudanças na Distribuição
de Renda**

Crescimento da Renda

1.6 O Debate Crescimento Econômico, Redução da Pobreza e Desigualdade

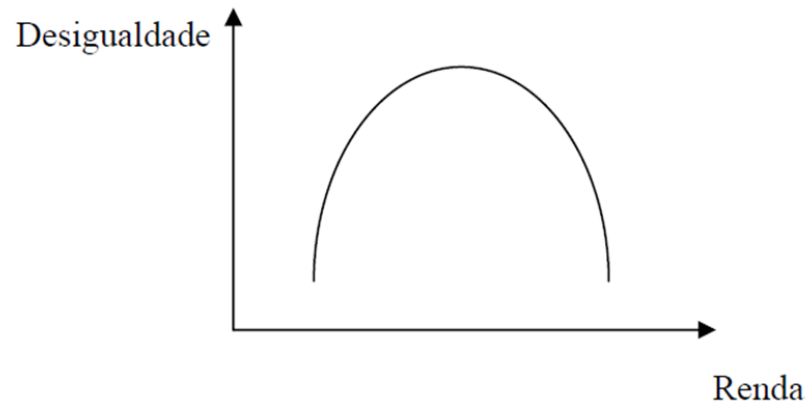
A Relação Crescimento Econômico - Desigualdade

- ✓ A questão de como a desigualdade é gerada e como ela se reproduz através do tempo tem sido uma grande preocupação dos cientistas sociais há mais de um século. No entanto a relação entre desigualdade e o processo de desenvolvimento está longe de ser bem entendido. Primeiro podemos investigar os efeitos do crescimento sobre a desigualdade e depois da desigualdade sobre o crescimento, ambos em uma economia de mercado. Nesse sentido a literatura oferece um número grande de estudos teóricos e empíricos focalizando o *link* potencial entre esses dois fenômenos. Abaixo, discutiremos alguns dos principais estudos.

Efeito do Crescimento sobre a Desigualdade

- ✓ A hipótese de Kuznets do “U invertido” é o ponto de partida nessa vertente e considera que a distribuição de renda piora no estágio inicial de desenvolvimento quando a economia se movimenta da área rural em direção à industrialização. Segundo Kuznets, quando a economia vai se industrializando, trabalhadores mais produtivos se deslocam para a indústria aumentando o diferencial de rendimentos entre os setores e dentro do novo setor.

- ✓ Neste caso, a desigualdade de renda aumentaria. No entanto, com o aprofundamento desse processo, os ganhos de produtividade dentro do setor industrial iriam se espalhando dentro deste segmento e com a redução da participação do setor rural no peso da economia a desigualdade geral tenderia a diminuir. O efeito final desse processo é uma relação entre desigualdade e nível de renda na forma de um “U invertido”, como pode ser visualizado na figura abaixo.



- ✓ Mais recentemente, no entanto, um grande número de modelos econômicos tem mostrado que o progresso tecnológico, como motor do crescimento econômico, pode levar a maior desigualdade se ele é não neutro, ou seja, se ele for capaz de afetar a produtividade de diferentes tipos de trabalho em diferentes maneiras. Por exemplo, se a introdução de novas tecnologias aumentar a demanda por trabalho qualificado relativo ao não qualificado, a desigualdade poderia crescer. Assim, maior crescimento, associado à incorporação de melhores tecnologias e maior demanda por trabalhos qualificados poderiam levar a maiores desigualdades.

Efeito da Desigualdade sobre o Crescimento

- ✓ A partir da segunda metade da década de 80 e início da década de 90 ressurgiu um grande interesse nos determinantes do crescimento econômico. O desenvolvimento da teoria do crescimento endógeno e a disponibilidade de dados comparável de renda e taxas de crescimento para uma larga amostra *cross-section* tem permitido se investigar as causas empíricas das diferenças de renda ente países. Dentro dessa vasta literatura, vários estudos têm se preocupado em analisar o impacto da desigualdade sobre o crescimento econômico.
- ✓ Nessa perspectiva, como bem documentado em Lopez (2004b), alguns modelos mostram que a desigualdade pode tanto prejudicar o crescimento econômico como também estimulá-lo. Um primeiro conjunto de argumentos na primeira direção é apresentado por Alesina e Rodrik (1994). Usando idéias de economia política, esses autores consideram que essa causalidade está baseada em três premissas básicas: num primeira premissa teríamos o fato de que os gastos governamentais e uma política tributária redistributiva seriam negativamente relacionados ao crescimento devido a seus efeitos perversos sobre a acumulação de capital
- ✓ Num segundo aspecto, como as alíquotas dos impostos tenderiam a ser proporcionais à renda e os benefícios dos gastos públicos são ofertados igualmente para todos os indivíduos, isto implicaria que os níveis de gastos e impostos preferidos por eles seriam inversamente relacionados à suas rendas. Por fim, a carga tributária escolhida pelo governo é aquela escolhida pelo eleitor mediano. Deste modo, esse conjunto de fatores implicaria em menor acumulação de capital e por extensão menor crescimento econômico.

- ✓ Nessa direção, um segundo argumento estaria baseado em questões relacionadas à instabilidade sociopolítica, como discutido em Alesina e Peroti (1996). Assim duas hipóteses são levantadas: sociedades altamente desiguais criam incentivos para os indivíduos se engajarem em atividades fora do mercado normal, tais como crimes, drogas, contrabandos, etc. Por outro lado, a instabilidade sociopolítica desencorajaria a acumulação de capital devido aos distúrbios presentes e as incertezas futuras que se geram.
- ✓ Ainda na concepção de que desigualdade seria prejudicial ao crescimento econômico temos os argumentos de Galor e Zeira (1993) sobre a presença de restrição de crédito. Segundo esses autores, o processo de desenvolvimento econômico é caracterizado pela complementaridade entre o capital físico e capital humano, tal que o crescimento aumenta quando o capital humano também aumenta. Assim, a restrição de crédito prejudicaria os indivíduos mais pobres investirem em capital humano, inibindo portanto o crescimento econômico.
- ✓ Similarmente, Aghion et al. (1999) mostram que se existem retornos decrescentes com respeito ao investimento individual em capital e se investimentos individuais são uma função crescente das dotações iniciais, então a desigualdade deprimiria o crescimento, pois concentraria os investimentos com retornos marginais menores e a favor daquelas pessoas mais ricas.
- ✓ É importante observar que mesmo que esses argumentos colocados acima predigam que desigualdade prejudica o crescimento, eles ponderam de forma diferente o impacto da redistribuição sobre o crescimento. O argumento de economia política é baseado na premissa que mudança distribucional progressiva tem um impacto negativo sobre o crescimento.

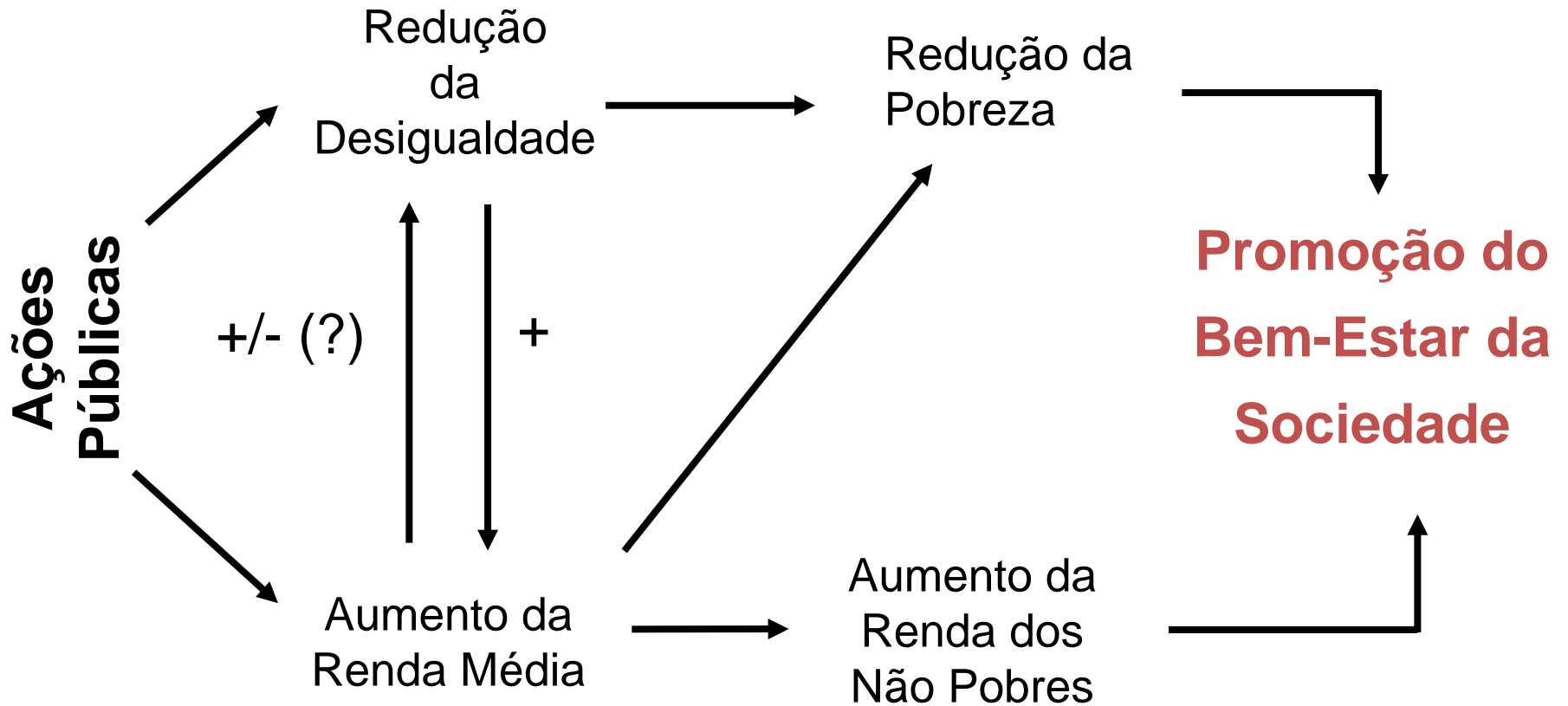
- ✓ Isto ocorreria porque reduziria os incentivos de esforço do trabalho pelo lado daqueles que recebem renda e desencorajaria os investimentos daqueles que transferem recursos para o governo. Por outro lado, pelo argumento da instabilidade sociopolítica e da restrição de crédito, a redistribuição teria um impacto positivo sobre o crescimento econômico, uma vez que ela provocaria a redução das incertezas, a redução das restrições e o aumento dos investimentos em setores com mais alta taxa de retorno.
- ✓ Ademais, temos aqueles que consideram que a desigualdade possa estimular o crescimento econômico. Bourguignon (1981), por exemplo, considera que este efeito ocorre devido ao diferencial existente na propensão a poupar entre ricos e pobres. Seguindo a hipótese de Kaldor, onde a propensão a poupar dos ricos é maior do que a dos mais pobres haveria uma tendência de que a taxa de investimento fosse mais elevada em economias onde a desigualdade é maior, o que de certa forma possibilitaria um crescimento mais rápido.
- ✓ Um outro argumento estaria relacionado à indivisibilidade de investimentos. Se novos projetos requerem grandes somas de recursos e na ausência de um mercado de capital que permite fazer grandes poolings financeiros para pequenos investidores, a concentração de riqueza facilitaria o financiamento de novos investimentos e levaria a um mais rápido crescimento. Por fim, Mirrlees (1971) argumenta que o Trade off entre eficiência e equidade estimularia o crescimento uma vez que estrutura de salários ou outros rendimentos, forçosamente iguais, levaria ao desestímulo a esforços adicionais o que prejudicaria a produtividade e o crescimento.
- ✓ A literatura empírica nesses últimos anos tem procurado evidenciar tais questões. Inicialmente pode-se verificar que existe de certa forma um consenso na literatura que crescimento econômico não tem impacto sobre a desigualdade. Os trabalhos de Deininger e Squire (1996), Chen e Ravallion (1997), Easterly (1999) e Dollar e Kraay (2002) reforçam esses argumentos. No entanto, o efeito da desigualdade sobre o crescimento não é ainda conclusivo neste aspecto, corroborando a discussão teórica.

- ✓ Por exemplo, Alesina e Rodrik (1994) e Perotti (1996), usando dados cross section para países, regridem a taxa de crescimento anual média de 1960-85 com a desigualdade inicial (medido pelo coeficiente de Gini e pela participação na renda do terceiro e quarto quintil) e um número de variáveis de controle. Eles mostram que a desigualdade de renda é inversamente relacionada com o crescimento subsequente.
- ✓ Nessa mesma linha de investigação, Alesina e Perotti (1996) testam se a desigualdade de renda aumenta a instabilidade política e se esta última reduz o investimento. Eles identificam também uma potencial relação positiva entre aumento da desigualdade de renda e maior crescimento econômico. Por outro lado, Li e Zou (1998) e Forbes (2000), revisam os estudos acima usando painel com efeitos fixos, uma vez que consideram que estimativas por OLS são visadas. Os resultados em Li e Zou (1998) são baseados em efeitos fixos padrões e em Forbes (2000) nas primeiras diferenças dos Métodos dos Momentos Generalizados (GMN). Em ambos os trabalhos a conclusão é que a desigualdade de renda medida pelo coeficiente de Gini é positivamente relacionada com o crescimento econômico.
- ✓ Em contraste com os resultados acima, Barro (2000) não encontra relação entre desigualdade e crescimento e que também a taxa de investimento não depende significativamente da desigualdade. Neste estudo, Barro utiliza um 3SLS tratando o efeito fixo de cada país como erros aleatórios. Mesmo resultado é atingido por Lopez (2004b) que utilizando o estimador de Arellano e Bond e um número amplo de variáveis de controle, não encontra evidências de que a desigualdade possa prejudicar o crescimento econômico.
- ✓ É evidente que o padrão desigual dos resultados acima pode ser explicado por diferentes fatores, como a utilização de variáveis diferentes, amostras diferente, a qualidade dos dados, período de tempos distintos, omissão de variáveis, etc.

- ✓ Noutra forma de avaliar o problema podemos considerar o caso em que a redistribuição tem impacto positivo sobre o crescimento. O estudo de Easterly e Rebelo (1993) usa várias medidas de redistribuição como alíquotas marginais de impostos, alíquotas médias e gastos sociais e encontram que políticas de redistribuição levam ao maior crescimento. No entanto, apesar de Perotti (1996) ter encontrado que a desigualdade não joga nenhum papel na determinação de alíquotas marginais de impostos, ela tem efeito positivo sobre o crescimento.
- ✓ Por fim, um maior consenso aparece quando se avalia o impacto da desigualdade de ativos sobre o crescimento económico. Apesar de Deininger e Squire (1998) não terem encontrado evidências entre desigualdade de renda inicial e crescimento económico, eles evidenciam que alta desigualdade na posse de terras tem um efeito negativo sobre o crescimento. Em Birdsall e Londoño (1997), encontra-se forte evidência entre crescimento e distribuição inicial de ativos.

Resumo:

Rota do Crescimento “Pró-Pobre” para uma Sociedade com Baixa Renda, Alta Desigualdade e Elevada Pobreza



Obrigado!